

JOSÉ FILIPE PINTO

O FIM DA ORDEM ÚNICA

**Poder, Liderança e Conflito
no Século XXI**

**Quando uma ordem termina,
o poder reorganiza-se!**



EDIÇÕES SÍLABO

«Nada está antecipadamente escrito na realidade»

Witold Kula

À memória de quem me permitiu chegar aqui.

A quem continua a dar-me alento para a caminhada.



O Fim da Ordem Única

Poder, Liderança e Conflito no Século XXI

JOSÉ FILIPE PINTO

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

FICHA TÉCNICA:

Título: O Fim da Ordem Única – Poder, Liderança e Conflito no Século XXI

Autor: José Filipe Pinto

Revisão: Sérgio Vieira da Silva

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, janeiro de 2026.

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Depósito Legal: 559432/26

ISBN: 978-989-561-455-4



EDIÇÕES SÍLABO, Lda.

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Introdução	7
1. A questão da nova ordem mundial – Um <i>melting pot</i>	25
2. Estratégia e grande estratégia – Entre a presença e a ausência	39
3. A relação entre a liderança e a sociedade	55
3.1. A entrada em cena e a liderança de Donald Trump	60
3.2. Vladimir Putin: do KGB à liderança autocrática	70
3.3. Xi Jinping: sem a chancela de Deng Xiaoping, mas com a ambição de Mao	82
4. A liderança enquanto estratégia ao serviço do sonho	91
4.1. Donald Trump: imprevisibilidade ou construção de um sistema?	93
4.2. Vladimir Putin: o sonho imperial eurasiano	104
4.3. Xi Jinping: o dragão por detrás do sorriso	129

5. Cenários de futuro – Incertezas, desequilíbrios e esperança	149
5.1. A religião islâmica como elemento aglutinador de uma ordem	150
5.2. Os novos não alinhados: a revisitação da história	168
5.3. A União Europeia a desatar as mãos?	176
5.4. Salvar a esperança: a busca do equilíbrio	197
 Conclusão	 205
<i>Post-scriptum</i>	217
Bibliografia	221

Introdução

Um provérbio africano diz que vivemos para cooperar. No entanto, apesar da existência de várias organizações cujos objetivos apontam nesse sentido, a vida parece preferir alterar a ordem dos verbos e estabelecer como regra que, afinal, cooperamos para viver e para assegurar os nossos interesses. Uma realidade que não diz respeito apenas aos indivíduos, pois aplica-se também aos Estados porque estes «sempre competiram por riqueza e segurança e esta competição conduziu muitas vezes a conflitos»; ou seja, «historicamente, os Estados têm sido sensíveis às mudanças nas relações de poder entre si» (Waltz, 2000, p. 33)¹. Por isso, apesar de o século XXI ter começado com um clima de relativa acalmia, com a Rússia e a NATO a usufruírem do acordo assinado em 1997, a China a preparar-se para a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) e Israel e os palestinianos a viverem uma trégua proporcionada pelos acordos de Oslo de 1993, não tardaram a surgir nuvens anunciativas da borrasca, logo no ano de 2001, aquando do ataque da Al-Qaeda ao Pentágono e às Torres Gémeas do World Trade Center, vistas por Bin Laden como o coração financeiro dos Estados Unidos.

A partir de então, o «conflito» voltou a reclamar protagonismo e remeteu a «cooperação» para segundo plano. A Terra do Tio Sam, malgrado os sinais de quebra de hegemonia, a Rússia reerguida pela mão de Putin e a China, a despertar da fase de um adormecimento fingido, consideraram que era chegado o momento para voltarem a dar razão à escola realista. Daí que Joseph S. Nye (2025) afirme

(1) Todas as citações que não estejam na língua original foram traduzidas pelo autor.

que «quando o Presidente russo Vladimir Putin invadiu a Ucrânia e ocupou o seu território, alegou que estava a agir em legítima defesa contra a expansão da NATO para o leste». No entanto, refere, «a maioria dos membros da ONU votou para condenar o seu comportamento e os que não o fizeram – como a China, a Coreia do Norte e o Irão – compartilham o seu interesse em contrabalançar o poder americano».

Na conjuntura atual, a versão atualizada do realismo ajuda a perceber a política transacional de Trump quando refere estar a cumprir o seu *slogan* – *Make America Great Again* (MAGA) – de uma forma que levanta anticorpos internos e externos, pois, até agora, «todos os presidentes, de Franklin D. Roosevelt a Barack Obama, compreenderam que o poder americano era fortalecido, e não ameaçado, ao ser ligado a alianças, instituições e valores que o povo americano apoia, como a liberdade, o pluralismo e o humanitarismo». E foi precisamente esta a ideia comum que esteve subjacente «ao Plano Marshall de Harry Truman para a Europa do pós-guerra, à criação da USAID por Kennedy, à criação do programa de refugiados dos EUA por Jimmy Carter e do Plano de Emergência para o Alívio da SIDA de George W. Bush», em todas essas ocasiões. E todas estas iniciativas «não foram simples atos de generosidade», tendo sido efetivamente concebidas «para evitar que o caos e a miséria alastrassem a outros países e, eventualmente, prejudicassem» os próprios Estados Unidos. Em suma, foram sobre-tudo atos destinados a expandir «a influência americana através da atração, e não da coação, mostrando às pessoas de todo o mundo que o Leviatã também as poderia beneficiar» (Packer, 2025). Aliás, essa opção estratégica vem praticamente «desde os primórdios da república», porque «a Doutrina Monroe de 1823 assinalou a crescente influência dos Estados Unidos, lançando as bases para futuras administrações que expandiriam a hegemonia americana nos assuntos mundiais» (Akande, 2025, p. viii).

Porém, a leitura de Trump não se insere nesta linha já que, na sua visão do mundo, «o transacionalismo não é um desvio da estratégia – é a estratégia». Ou seja, «todos os privilégios, benefí-

cios ou formas de acesso são condicionais e devem ser conquistados», porque «nada é gratuito e nada deveria parecer gratuito», pois «o valor de uma nação para os Estados Unidos não é intrínseco nem baseado numa identidade partilhada – precisa de ser constantemente comprovado por meio de contribuições» (Woods, 2005a).

Na análise da abordagem de Donald Trump à liderança global, Adebowale Akande (2025, p. 363) considera que esta tem sido definida por uma rutura abrangente com as normas do pós-Segunda Guerra Mundial, pois «a sua visão do poder é transacional, personalista e assumidamente nacionalista – rejeitando o multilateralismo em favor da afirmação unilateral». Uma opção que o coloca «em desacordo com os aliados tradicionais e as instituições globais» porque a sua visão do Mundo «posiciona a América não como um guardião da estabilidade global, mas como um ator soberano que exige deferência» e, «neste modelo, a diplomacia não é um diálogo – é um acordo».

Uma demonstração inequívoca de que Donald Trump transportou para a Casa Branca a lógica empresarial que tem marcado a sua vida profissional.

De igual forma, não se pode esquecer que «nenhum dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU alguma vez aceitou a decisão de qualquer tribunal internacional quando (na sua opinião) esta infringisse a soberania ou os interesses de segurança nacional percebidos» (Jannace & Tiffany, 2019, p. 1404). Uma prerrogativa que, na conjuntura atual, não parece abusivo reduzir a apenas três desses membros: Estados Unidos da América, República Popular da China e Federação Russa.

Sendo certo que Ferdinand Tönnies, em 1887, na obra *Gemeinschaft und Gesellschaft*, idealizou o conceito de comunidade a partir da aldeia e que Durkheim (1999, p. 107) identificou como forma primeira ou basilar da vida em sociedade a solidariedade mecânica, assim designada devido à «analogia com a coesão que une entre si os elementos do corpo bruto, em oposição à que faz a unidade dos corpos vivos», parece possível afirmar que tanto a comunidade como a solidariedade mecânica se baseiam na co-

peração não enquanto finalidade, mas como meio de garantir a sobrevivência.

Uma forma de assumir a nossa incapacidade e, simultaneamente, de a ultrapassar. Uma realidade que herdámos de tempos pré-históricos. Uma fase em que a organização social, então ainda numa fase rudimentar, já apontava para a necessidade de, em cada momento, seguir aquele cujas características se revelassem mais úteis para a sobrevivência do grupo, mostrando que a questão da liderança desde sempre faz parte da história do homem. De facto, «no início, as sociedades humanas organizavam-se em torno das necessidades básicas de sobrevivência, priorizando a caça e a guerra. Estas comunidades iniciais eram provavelmente igualitárias, com papéis de liderança dinâmicos e baseados no mérito, particularmente em competências relevantes para a sobrevivência e a defesa» (Akande *et al.*, 2024, p. 2). Dito de um modo mais claro: a figura do *Grande Homem* fez desde sempre parte da existência humana. Uma figura cuja importância parece diluir-se ou quase esfumar-se em tempos de acalmia social, mas que regressa em força quando a crise – anunciada ou imprevista – teima em voltar a fazer-se presente.

Com demasiada frequência a História não demora a revelar que aquele que, num dado momento, foi visto como o *Grande Homem* acabou por ficar muito aquém de justificar essa designação. Porém, tal não conduz a que a Humanidade apague essa criatura do seu imaginário, ainda que com designações diferentes, como aconteceu em Atenas quando os cidadãos criaram a figura do «tirano» como magistrado extraordinário para governar a cidade em situações de crise. Um dado que aponta para a necessidade de um regime de democracia de assembleia – uma forma híbrida de democracia direta e de democracia representativa – usar essa figura de forma temporária tendo em vista a sobrevivência da cidade e do regime. Aliás, a própria democracia não é natural, mas uma construção que continua a ser lograda a ritmos diferentes. A consulta de qualquer índice de democracia permite concluir isso mesmo, pois, por exemplo, em 2024, de acordo com o índice elaborado pela Econo-

mist, apenas existiam 25 democracias perfeitas ou plenas e 46 democracias imperfeitas, enquanto 36 países tinham regimes híbridos e 60 eram regimes autoritários.

Voltando à questão das solidariedades, importa dizer que a existência da já mencionada solidariedade mecânica, assente na horizontalidade relacional, se revelou insuficiente, pois, à medida que a vida social foi ganhando complexidade, exigiu organização política e, por isso, a verticalidade impôs-se, surgindo a solidariedade orgânica, decorrente da função exercida, tendo a pirâmide social requerido a colocação de um líder no topo. Daí que várias das teorias sobre a origem do Estado assentem no elemento patriarcal ou na dimensão patrimonial.

Na conjuntura atual, a globalização e o aumento da rapidez da conetividade, nas dimensões tanto física como virtual, transformaram o mundo numa arena global onde a competição leva a palma à cooperação, malgrado a existência de várias modalidades de integração regional. Aliás, mesmo dentro desses níveis de integração, a cooperação é frequentemente desafiada pela competição que coloca os interesses particulares acima do interesse coletivo, como acontece com alguns membros daquela que é a organização de integração regional de nível mais elevado em todo o mundo, a União Europeia (UE). Basta pensar nos entraves que a Hungria de Viktor Orbán tem colocado aos processos comunitários que requerem unanimidade decisional, sem contar que outros membros da periferia comunitária, mesmo votando ao lado do centro, o fazem mais por obrigação estatutária do que por convicção. Daí as frequentes queixas sobre a existência de défice democrático no que diz respeito ao funcionamento da União Europeia. Uma comunidade que conta com 27 membros, mas cuja atuação obedece largamente ao *diktat* do eixo Berlim-Paris e das suas ramificações a Roma e a Madrid.

Ora, se a cooperação já é difícil a nível regional, a dificuldade aumenta exponencialmente quando a análise assume uma dimensão global, até porque, como Barry Buzan e Ole Wæver (2003, p. 31) esclarecem, se «a implosão da URSS pôs inequivocamente fim ao período de bipolaridade», já não se verificou aquilo que «os entu-

siastas da globalização consideraram», ou seja, que não se tratava «apenas do fim da bipolaridade, mas o fim da própria polaridade e a substituição de uma ordem política vestefaliana por uma estrutura sistémica mais desterritorializada e orientada para a economia». Uma previsão muito distante do *Mundo de Múltiplas Ordens*, uma figura que continua a não colher junto dos analistas que recusam aquilo que Filipe Nasser (2025) denuncia como a «re-hierarquização das relações internacionais em torno de um pequeno oligopólio de grandes potências». Uma recusa assente na não-aceitação de uma presunção de superioridade «e da reivindicação de *status especial* em relação ao conjunto da comunidade internacional, por força das dimensões territorial, demográfica e económica e também da musculatura militar», que permitiria que «alguns poucos grandes países nuclearmente armados [se arrogassem] as prerrogativas de tomar decisões autointeressadas, em nome da coletividade, frequentemente ao arrepio do Direito Internacional e em prejuízo da convivência pacífica entre as nações». Dito de outra forma, numa «ordem internacional *re-hierarquizada*, seriam designadas zonas de influências arbitrárias, estabelecendo relações de soberania e vassalagem entre as grandes potências e países menores» (Nasser, 2025).

Uma posição de recusa que, no essencial, consubstancia a nítida rejeição do realismo em qualquer das suas modalidades.

Na conjuntura atual, na ausência de uma estrutura que assegure a governação global, a Humanidadevê-se confrontada com um *Mundo de Múltiplas Ordens*, cujo fundamento dependerá não só do número e do caráter das ordens internacionais que eventualmente o povoarão, mas também do alinhamento das ordens individuais com os padrões existentes de poder, princípios e práticas (Flockhart & Korosteleva, 2022, p. 469). Um Mundo onde as potências liderantes das três ordens vigentes tentam alargar o seu âmbito de influência e onde potências que ambicionam liderar uma ordem estão ativas na tentativa de lograrem esse objetivo.

Um Mundo onde a transparência fica coberta pelo manto da «verdade oficial». Não foi por acaso que, em 2013, «os intelectuais públicos chineses ficaram consternados com as ordens que os ins-

truem a não se pronunciar sobre sete temas sensíveis: valores universais, liberdade de imprensa, sociedade civil, direitos civis, erros passados do Partido Comunista Chinês (PCC), capitalismo de compadrio e independência judicial» (Li & McElveen, 2013).

Na atualidade, já não vigora a ideia que as mentes ocidentais deixaram explícita nos textos da Organização das Nações Unidas (ONU). Um ideal que anunciava «um futuro mundo unido pelas vontades convergentes das áreas culturais finalmente libertadas e em convívio construtivo». Algo que não se materializou porque «os factos não respeitaram o paradigma» (Moreira, 2016a, p. 7).

Na natureza, só a águia voa sozinha. Porém, o facto de a águia ser o símbolo dos Estados Unidos da América não é suficiente para assegurar à Casa Branca o direito de se assumir como a Casa no Alto da Colina de onde observa e controla a ordem mundial. A águia que sobrevoa a Terra do Tio Sam tem de aceitar coexistir com a águia bicéfala russa e com o dragão chinês, mesmo se Donald Trump afirma que a Rússia é um tigre de papel.

Tempo para reler tanto as quatro regras desenvolvidas por Carlos Monjardino (2023, pp. 15-16) – a regra Heródoto¹, a regra Tucídides-Políbio², a regra Stendhal-Tolstoi³ e a regra Donald Trump-Vladimir Putin⁴ – como John J. Mearsheimer (2001, pp. 29-31) quando sustenta que as grandes potências «estão sempre à procura de oportunidades para ganhar poder sobre os seus rivais, tendo a hegemonia como objetivo final». Uma afirmação sustentada em cinco pressupostos: (i) o sistema internacional é anárquico, o que não significa que seja caótico ou assolado pela desordem; (ii) as grandes potências possuem, por inerência, alguma capacidade

(1) «A geografia, a cultura e a história de um país ou território continuam a ser essenciais na análise política».

(2) «(...) a principal ameaça à sobrevivência de uma democracia liberal é sempre interna».

(3) «(...) é extremamente difícil avaliarmos corretamente o verdadeiro significado dos acontecimentos no momento em que têm lugar».

(4) «Devemos suspeitar quando alguém afirma convictamente: *Isso não faz sentido nenhum!*».

militar ofensiva, o que lhes confere os meios para se ferir e possivelmente se destruir umas às outras; (iii) os Estados nunca podem ter a certeza das intenções dos outros Estados; (iv) a sobrevivência é o objetivo primordial das grandes potências e (v) as grandes potências são atores racionais.

Momento, também, para aceitar que vivemos um tempo novo em que nenhuma das «três fundamentais tradições ocidentais do pensamento político internacional, que são o realismo maquiavélico, o racionalismo grotiano e o cosmopolitismo kantiano», consegue «racionalizar a persistência dos sistemas e a disfunção» (Moreira, 2005, p. 8).

Sendo certo que o sistema internacional apenas envolve os Estados e, como tal, é apenas parte do sistema global devido ao papel crescente que as organizações têm vindo a assumir, não é menos verdade que as grandes potências continuam a reivindicar o papel principal na definição da Ordem Mundial. Por isso, aqui se analisam as estratégias seguidas por Donald Trump, o líder da Ordem Liberal Ocidental, Xi Jinping, o chefe supremo da Ordem da Rota da Seda, e Vladimir Putin, o «czar» da Ordem Eurasiana. Três homens que não pareciam destinados à cadeira do Poder, mas que a ela se agarraram com muita força, como adiante se verá.

Voltando à questão da temática da obra, espera-se que o livro permita perceber a razão que conduziu à invasão russa da Ucrânia, vista por Xi Jinping como um tubo de ensaio para uma provável futura anexação chinesa de Taiwan, mas também porque «a China reivindica vigorosamente territórios disputados ao longo das suas fronteiras continentais e na sua periferia marítima», designadamente as Ilhas Spratly, no Mar do Sul da China. Reivindicações passíveis de fornecer «potencialmente enormes benefícios a Pequim» e de receber «amplo apoio dentro da China porque tanto a elite como um segmento aparentemente crescente da população favorecem uma ideologia nacionalista centrada no Estado dedicada à reunificação nacional e à criação de um Estado forte e rico» (Swaine & Tellis, 2000, p. 4).

Numa perspetiva mais abrangente, deseja-se que possamos contribuir para clarificar a posição dos Estados Unidos, da China e da Rússia em relação aos conflitos que grassam no mundo, designadamente na Ucrânia e no Médio Oriente, uma região assente em placas tectónicas de interesses conflituantes.

Muitos séculos atrás, Terêncio, um dramaturgo e poeta romano, afirmou: *homo sum: humani nihil a me alienum puto*, ou seja, «sou homem: nada do que é humano me é estranho». Na atualidade, estas três grandes potências revisitam as palavras de Terêncio segundo a fórmula: «Sou uma grande potência. Nada do que se passa no mundo é estranho aos meus interesses». Uma posição que, no século XIX, teve no então Primeiro-ministro britânico Lord Palmerston o principal cultor.

Ainda antes de regressar à Casa Branca, a personalidade histriónica de Donald Trump já enchia os espaços noticiosos e de comentário de uma grande parte do mundo, com afirmações disruptivas decorrentes do seu *slogan* de campanha: *Make America Great Again* (MAGA). Afirmações que lhe garantiam um crescente apoio a nível interno, apesar do cunho populista que apregoa soluções fáceis e imediatas para problemas complexos. Sendo o populismo uma forma de articulação do discurso visando a luta pela hegemonia, sobretudo na dimensão política (Pinto, 2017), Trump apresentou-se ao eleitorado com uma carga messiânica que foi reforçada quando, em 13 de julho de 2024, saiu praticamente ileso da tentativa de assassinato que sofreu durante um comício em Butler, na Pensilvânia, um dos estados-chave na corrida presidencial.

Os Estados Unidos não pertencem à esfera do mundo islâmico. Aquela onde o elemento político é controlado pela dimensão religiosa. Porém, a religião tem vindo a assumir um papel relevante na política norte-americana, a exemplo do que acontece na maioria dos países americanos. Essa alteração ajuda a perceber que Trump tenha visto ser-lhe reconhecida a condição de ungido por uma ampla faixa do eleitorado, circunstância que conduziu a um exacerbamento do seu discurso populista e nacionalista. Um dado que lhe permitiu

apresentar-se como portador de situações miraculosas para os conflitos que grassam no mundo.

Religião que também serviu os interesses de Putin quando, por exemplo, «o Patriarca Kirill apoiou abertamente a guerra», justificou a invasão da Ucrânia porque esta é vista «como uma ameaça» e, portanto, a Rússia tem «o direito de usar a força para garantir que a ameaça é erradicada». Só que, com o andar dos dias, mesmo não atacando os privilégios que, entretanto, tinha concedido à Igreja Ortodoxa, as estruturas estatais tornaram-se «mais proativas em termos ideológicos» e «a Igreja perdeu parte da sua iniciativa: segue mais o Estado do que o precede, mesmo que permaneça proativa no domínio das políticas familiares e, especialmente, na defesa de políticas antiaborto» (Laruelle, 2024, pp. 28-29).

Voltando a Donald Trump, dos três verbos que devem nortear a ação política – querer, poder e dever –, o líder da Ordem Liberal Ocidental coloca o enfoque no primeiro, não se detém na reflexão sobre se efetivamente dispõe do segundo e esquece, com demasiada frequência, o terceiro. Uma estratégia desaconselhada pela forma como a conjuntura mundial está a evolucionar, mas que não causa a mínima apreensão a quem regressou à Casa Branca de onde, pelas suas contas, ainda que feitas ao arrepio de qualquer prova cabal, nunca deveria ter saído. Assim, Trump usa todas as oportunidades para anunciar publicamente o retorno dos Estados Unidos ao seu papel hegemónico, sem ter na devida conta a diferença que separa o desejo e a realidade no que concerne ao papel de um país na arena internacional, e opta pela estratégia baseada na norma que segue desde o início da sua vida empresarial: *might makes right*.

Como é sabido, depois do fim da Guerra Fria, o período de hegemonia norte-americana durou pouco, não apenas pela dificuldade em suportar o peso económico de um modelo assente apenas na visão estadunidense, mas sobretudo devido ao ressurgimento ou à emergência de novas potências apostadas em desafiar a hegemonia da Terra do Tio Sam. No primeiro caso, Raffaele Marchetti (2025, p. 23) considera que «2008 pode ser considerado um ponto de viragem para o sistema internacional», pois «a crise económica

As guerras em curso em várias regiões do mundo – que não se esgotam na Ucrânia, no Médio Oriente ou na América Latina – mostram que o sistema internacional estruturado após a II Guerra Mundial, assente em duas ordens concorrentes e, depois, marcado pela hegemonia dos Estados Unidos da América após o colapso da União Soviética, já não traduz a realidade contemporânea.

Na continuidade de *O Fim da Hegemonia Americana. Um Mundo de Múltiplas Ordens*, José Filipe Pinto propõe uma leitura clara e inovadora da conjuntura mundial, centrada na emergência de múltiplas ordens que «controlam o relógio do mundo»: espaços estratégicos onde as potências liderantes se reservam o direito de reinterpretar, em função dos seus interesses, as grandes Cartas de Princípios que estruturaram – ou procuram estruturar – as relações internacionais.

Entre desequilíbrios persistentes e equilíbrios temporários, o autor analisa o papel da liderança e da estratégia na redefinição do poder global e discute as consequências desta transformação para a União Europeia, identificando caminhos possíveis para que não seja empurrada para uma posição marginal num sistema global cada vez mais fragmentado, competitivo e imprevisível. Um livro indispensável para compreender o mundo em mudança.

